

## AUXÍLIOS ESTATAIS

**Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 55/2001 (ex NN 98/2000) — Ilhas Åland, empresas seguradoras cativas**

(2001/C 309/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 11 de Julho de 2001, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Finlândia a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente ao auxílio em relação ao qual a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia  
Direcção-Geral Concorrência  
Registo de auxílios estatais  
Rue de la Loi/Wetstraat 200  
B-1049 Bruxelas  
Fax: (32-2) 296 12 42.

Estas observações serão comunicadas à Finlândia. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

### RESUMO

#### I. PROCEDIMENTO

A medida de auxílio estatal relativamente às empresas seguradoras cativas — foi comunicada à Comissão em 15 de Julho de 1998. Todavia, a referida comunicação não pode ser considerada, do ponto de vista jurídico, como uma notificação, uma vez que a medida de auxílio relevante foi executada antes de ser transmitida a carta das autoridades finlandesas e adoptada a posição da Comissão. Vários pedidos de informação foram transmitidos à representação permanente da Finlândia junto da União Europeia. Com base nas respostas apresentadas, afigura-se que a medida relevante nunca foi aplicada desde a sua entrada em vigor.

#### II. DESCRIÇÃO PORMENORIZADA DA MEDIDA

##### Observações gerais

A medida de auxílio estatal relevante foi introduzida pelas ilhas Åland tendo em vista a respectiva aplicação no seu território. Em 9 de Dezembro de 1993, entrou em vigor uma alteração à lei relativa à fiscalidade a nível local nas ilhas Åland. Nos termos da referida alteração, as empresas seguradoras cativas que preenchessem determinadas condições, que serão enumeradas mais à frente, beneficiavam de uma vantagem fiscal no que se refere à taxa normal do imposto sobre as sociedades. Esta medida foi subsequentemente alterada em 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

#### A medida relevante inicial

Em conformidade com a alteração de 9 de Dezembro de 1993, as empresas seguradoras cativas pagavam, no total, um imposto sobre as sociedades correspondente a 15 %, em vez da taxa normal de 25 %. Por conseguinte, em relação a outras empresas, as empresas seguradoras em causa beneficiavam de uma vantagem equivalente a dez pontos percentuais. A vantagem líquida em benefício das empresas seguradoras cativas nas ilhas Åland sofreu alterações, que reflectiram as modificações introduzidas pelas autoridades relevantes a nível da taxa normal do imposto sobre as sociedades: em 1996, esta vantagem era equivalente a 11 %, em 1997 a 10 % e, em 1999, a 9,6 %.

#### Condições

As empresas seguradoras cativas nas ilhas Åland só podiam beneficiar da vantagem fiscal em causa se preenchessem as seguintes condições:

- Todas as acções da empresa ou direitos de participação deviam ser detidos por um único proprietário estrangeiro;
- Somente o proprietário da empresa ou suas filiais podiam ser clientes da empresa seguradora cativa; e
- A gestão quotidiana da empresa incumbia a uma sociedade de responsabilidade limitada que exercia actividades sob reserva de uma notificação ou observância dos requisitos em matéria de licenciamento na província de Åland.

### Alterações introduzidas na medida inicial que são relevantes no âmbito do presente procedimento

Em 1 de Outubro de 1995, a medida foi alterada e alargada [no que se refere à condição enunciada na alínea a) do parágrafo anterior] a fim de incluir, no seu âmbito de aplicação, as empresas seguradoras cativas detidas por um único proprietário nacional. No contexto do presente procedimento, considera-se que esta última alteração, que entrou em vigor em 1 de Outubro de 1995, parece constituir um facto a notificar ao abrigo das regras em matéria de auxílios estatais.

### III. APRECIÇÃO DA MEDIDA

Para ser considerado um auxílio nos termos do n.º 1 do artigo 87.º do Tratado, uma medida deve preencher os quatro critérios a seguir referidos.

Em primeiro lugar, a medida deve conferir aos beneficiários uma vantagem que se traduz na redução dos custos que devem normalmente suportar no âmbito das suas actividades. A isenção da obrigação de desembolsar o montante integral do imposto sobre as sociedades satisfaz este critério, tanto no que se refere às empresas seguradoras cativas em si como ao grupo de empresas a que pertencem.

Em segundo lugar, a vantagem deve ser concedida pelo Estado ou através de recursos estatais. A concessão de um desagravamento fiscal pressupõe uma perda de receitas fiscais, o que corresponde à utilização de recursos estatais sob a forma de despesas fiscais.

Em terceiro lugar, a medida deve afectar a concorrência e o comércio entre os Estados-Membros. Este critério é preenchido, na medida em que esta medida favorece o estabelecimento de empresas seguradoras cativas nas ilhas Åland em benefício dos seus proprietários que podem, efectiva ou potencialmente, concorrer com empresas situadas noutros Estados-Membros.

Por último, a medida deve ser específica ou selectiva, no sentido de favorecer «certas empresas ou certas produções». Os únicos beneficiários da medida são as empresas seguradoras cativas, que constituem um segmento do sector segurador. Além disso, dado que a medida só é aplicável nas ilhas Åland, a identificação das características supramencionadas quanto a uma especificidade significativa não exclui a existência de outras características que atribuiriam um carácter específico ao regime fiscal em questão como, por exemplo, uma especificidade regional. Com base nestes elementos, justifica-se a presunção de que a medida é selectiva.

### IV. COMPATIBILIDADE DO AUXÍLIO

No que respeita à compatibilidade do eventual auxílio com o mercado comum, deve ser tomado em consideração o facto de representar, à primeira vista, um auxílio ao funcionamento. Contudo, os auxílios ao funcionamento só podem ser declarados compatíveis em circunstâncias excepcionais.

A Comissão conclui, a título preliminar, que a medida de auxílio contida na disposição fiscal acima descrita não pode ser isenta da proibição geral de auxílios estatais prevista nos n.ºs 2 ou 3 do artigo 87.º do Tratado CE.

Uma vez que não se afigura que o auxílio possa beneficiar de uma das isenções previstas no Tratado, no contexto da sua apreciação preliminar nos termos do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, a Comissão manifesta dúvidas quanto à compatibilidade do auxílio com o mercado comum.

Em conformidade com o artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

### TEXTO DA CARTA

«Tutkittuaan Suomen viranomaisten toimittamat asiakohdassa mainittua toimenpidettä koskevat tiedot komissio on päättänyt aloittaa EY:n perustamissopimuksen 88 artiklan 2 kohdassa tarkoitettun menettelyn.

Ecofin-neuvosto on vuonna 1997 vahvistanut yritysten välittömään verotukseen sovellettavat menettelysäännöt (EYVL C 2, 6.1.1998), joiden tavoitteena on haitallisen verokilpailun poistaminen. Menettelysääntöjen sisältämän sitoumuksen johdosta komissio julkaisi tiedonannon valtiontukisääntöjen soveltamisesta yritysten välittömään verotukseen (EYVL C 384, 10.12.1998), jossa se korosti tavoitettaan soveltaa valtiontukisääntöjä tehokkaasti ja tasapuolisen kohtelun periaatetta kunnioittaen. Käsillä oleva menettely toteutetaan kyseisten sääntöjen mukaisesti.

### I. MENETTELY

1. Tuesta NN 98/2000 – Ahvenanmaan captive-vakuutusyhtiöitä koskevasta valtiontukitoimenpiteestä toimitettiin tietoja komissiolle 15. heinäkuuta 1998. Oikeudellisesti katsoen kyseessä ei kuitenkaan ollut ilmoitus, koska kyseinen tukitoimenpide toteutettiin ennen Suomen viranomaisten kirjettä ja ennen kuin komissio oli muodostanut asiasta kantansa.
2. Komissio lähetti 7. syyskuuta 1998 ensimmäisen muodollisen tietopyynnön saadakseen lisätietoja. Suomen pysyvä edustusto Euroopan unionissa toimitti vastauksen 15. lokakuuta 1998 päivätyllä kirjeellä. Toinen tietopyyntö lähetettiin 30. marraskuuta 1998, ja saatu vastaus oli päivätty 5. helmikuuta 1999. Kolmas tietopyyntö lähetettiin 24. maaliskuuta 1999, ja saatu vastaus oli päivätty 2. kesäkuuta 1999.
3. Komissio lähetti 13. heinäkuuta 2000 jälleen kirjeen Suomen viranomaisille ja pyysi vahvistamaan, että a) kyseistä valtiontukitoimenpidettä ei ole koskaan sovellettu ja b) kyseinen valtiontukitoimenpide on peruutettu yritysverotukseen sovellettavia käytäntösääntöjä käsittelevän työryhmän yhteydessä. Suomen viranomaiset vastasivat 25. elokuuta 2000 päivätyllä kirjeellä, jossa ne vahvistivat, että kyseistä valtiontukitoimenpidettä ei ole sovellettu kertaakaan sen tultua voimaan.

## II. YKSITYISKOHTAINEN KUVAUS TOIMENPITEESTÄ

### Yleistä

4. Ahvenanmaa otti kyseisen valtiontukitoimenpiteen käyttöön soveltaakseen sitä omalla alueellaan. Ahvenanmaan maakunnalla on Ahvenanmaan itsehallintolain nojalla yksinomainen lainsäädäntövalta asioissa, jotka koskevat kunnille tulevia veroja ja elinkeinotoiminnan edistämistä. Ahvenanmaan erityinen asema, josta määrätään Suomen ja tiettyjen muiden valtioiden liittymistä Euroopan unioniin koskevaan asiakirjaan liitettyssä pöytäkirjassa N:o 2<sup>(1)</sup>, ei rajoita valtiontukea koskevien EY:n perustamissopimuksen määräysten soveltamista.
5. Ahvenanmaalla tuli voimaan 9. joulukuuta 1993 kunnallisverolain muutos. Muutoksen nojalla captive-vakuutusyhtiöille, jotka täyttävät tietyt jäljempänä luetellut edellytykset, voidaan myöntää huojennus maakunnassa tavanomaisesti sovellettavasta yhteisöverosta.
6. Kyseistä toimenpidettä on muutettu vuosina 1995, 1996, 1997, 1998 ja 1999.

### Ensimmäinen merkityksellinen toimenpide

7. Mainitun 9. joulukuuta 1993 voimaan tulleen muutoksen nojalla captive-vakuutusyhtiöt maksoivat elinkeinoveroa 15 prosenttia tavanomaisen 25 prosentin asemesta. Näin ollen kyseisten yritysten saama etu muihin yrityksiin verrattuna oli 10 prosenttiyksikköä. Ahvenanmaan captive-vakuutusyhtiöiden nauttima nettoetu on muuttunut ajan myötä tavalla, joka vastaa toimivaltaisten viranomaisten tavanomaiseen yhteisöveroon tekemiä muutoksia: vuonna 1996 etu oli 11 prosenttiyksikköä, vuonna 1997 10 prosenttiyksikköä ja vuonna 1999 9,6 prosenttiyksikköä.

### Ehdot

8. Ahvenanmaan captive-vakuutusyhtiöt hyötyivät verohelpotuksesta ainoastaan, jos ne täyttivät seuraavat edellytykset:
  - a) kaikki yhtiön osakkeet tai osuudet ovat saman ulkomaisen omistajan omistuksessa;
  - b) vakuutuksenottajana yhtiössä voi olla ainoastaan yhtiön omistaja tai sen tytäryhtiö; ja
  - c) yhtiön päivittäisestä toiminnasta vastaa osakeyhtiö, joka harjoittaa elinkeinoilmoitusta tai toimilupaa edellyttävää liiketoimintaa Ahvenanmaan maakunnassa.

### Ensimmäiseen toimenpiteeseen tehdyt muutokset, jotka ovat tämän valtiontukimenettelyn kannalta merkityksellisiä

9. Toimenpidettä muutettiin ja laajennettiin 1. lokakuuta 1995 (edellä 8 kohdan a alakohdassa mainitun edellytyksen osalta) siten, että sitä sovellettiin yhden ja saman kotimaisen omistajan omistuksessa oleviin captive-vakuutusyhtiöihin.

10. Tämän valtiontukimenettelyn yhteydessä katsotaan, että viimeksi mainittu muutos, joka tuli voimaan 1. lokakuuta 1995, näyttää muodostavan valtiontukisääntöjen nojalla ilmoitettavan tapauksen, koska siinä on kyse järjestelmän (joka suoralta kädeltä arvioituna on valtiontukea) laajentamisesta tuensaajiin, jotka aiemmin eivät siitä hyötäneet.

## III. ARVIOINTI TOIMENPITEESTÄ

11. Jotta toimenpidettä voitaisiin pitää EY:n perustamissopimuksen 87 artiklan 1 kohdan mukaisena tukena, sen täytettävä seuraavat neljä ehtoa.
12. Toimenpiteen on ensinnäkin merkittävä tuensaajille etua, joka vähentää niille liiketoiminnasta tavallisesti aiheutuvia kustannuksia. Valtiontukisääntöjen soveltamisesta yritysten välittömään verotukseen annetun komission tiedonannon<sup>(2)</sup> 9 kohdan mukaan veroetu voi koostua yrityksen verotuksen keventämisestä eri tavoilla esimerkiksi vähentämällä veron määrää. Yritysten vapauttaminen osasta yhteisöveroä näyttää täyttävän tämän ehdon sekä captive-vakuutusyhtiöiden osalta että niiden yhtiöryhmien osalta, johon ne kuuluvat.
13. Etuuden on lisäksi oltava jäsenvaltion myöntämä tai valtion varoista myönnetty tuki. Veronhuojennuksen myöntäminen merkitsee verotulojen menetystä, joka valtiontukisääntöjen soveltamisesta yritysten välittömään verotukseen annetun komission tiedonannon 10 kohdan mukaan vastaa verotukseen käytettyjen valtion varojen määrää.
14. Toimenpiteen on myös vaikutettava kilpailuun ja jäsenvaltioiden väliseen kauppaan. Nyt käsiteltävä toimenpide näyttää täyttävän tämän ehdon siinä suhteessa, että toimenpide suosii captive-vakuutusyhtiöiden perustamista Ahvenanmaalle ja tästä hyötyvät yhtiöiden omistajat, jotka todella tai potentiaalisesti voivat käydä kauppaa muissa jäsenvaltioissa sijaitsevien yritysten kanssa.
15. Neljännen ehdon mukaan toimenpiteen on oltava erityinen tai valikoiva siinä suhteessa, että se suosii "jotakin yritystä tai tuotannonalaa". Käsiteltävästä toimenpiteestä hyötyvät ainoastaan captive-vakuutusyhtiöt, jotka puolestaan ovat osa vakuutussektoria. Koska toimenpidettä lisäksi sovelletaan ainoastaan Ahvenanmaalla, edellä mainittujen asiallista erityisyyttä koskevien piirteiden havaitseminen ei sulje pois toisten, sellaisten piirteiden olemassaoloa, jotka merkitsevät suunnitellun verojärjestelyn erityisyyttä, kuten esimerkiksi sen alueellisuutta. Näiden seikkojen perusteella toimenpidettä voidaan pitää valikoivana. Kuten tämän kirjeen 10 kohdasta on pääteltävissä, toimenpide on näin ollen katsottava ilmoittamattomaksi tueksi.

## IV. TUEN SOVELTUVUUS YHTEISMARKKINOILLE

16. Komissio on tullut tällä hetkellä käytettävissään olevien tietojen perusteella siihen tulokseen, että toimenpide sellaisena kuin sitä nyt sovelletaan muodostaa EY:n perustamissopimuksen 87 artiklan 1 kohdassa tarkoitettua toimintatuen. Toimenpiteen ansiosta Ahvenanmaalla sijaitsevaan captive-vakuutusyhtiöön sovelletaan alhaisempaa verotusta kuin muihin yrityksiin.

<sup>(1)</sup> EYVL C 241, 29.8.1994, s. 352.

<sup>(2)</sup> EYVL C 384, 10.12.1998, s. 3.

17. Tämän vuoksi on tarpeen selvittää, onko kyseinen tuki EY:n perustamissopimuksen 87 artiklan 2 ja 3 kohdassa määrättyjen poikkeusten nojalla yhteismarkkinoille soveltuva.
18. Näyttää siltä, että EY:n perustamissopimuksen 87 artiklan 2 kohdan poikkeuksia ei voida soveltaa käsiteltävään asiaan, koska tukea ei ole tarkoitettu kyseisissä määräyksissä lueteltuihin kohteisiin.
19. Perustamissopimuksen 87 artiklan 3 kohdan a alakohdan mukaan tuki on yhteismarkkinoille soveltuva, jos sillä on tarkoitus edistää taloudellista kehitystä alueilla, joilla elintaso on poikkeuksellisen alhainen tai joilla vajaatyöllisyys on vakava ongelma. Koska Ahvenanmaa ei ole tällainen alue, määräystä ei voida soveltaa.
20. Perustamissopimuksen 87 artiklan 3 kohdan b ja d alakohdassa määrättyjen poikkeusten osalta on todettava, että kyseinen tuki ei ole tarkoitettu Euroopan yhteistä etua koskevan tärkeän hankkeen edistämiseen eikä Suomen taloudessa olevan vakavan häiriön poistamiseen eikä sillä ole tarkoitus tukea kulttuurin tai kulttuuriperinnön edistämistä.
21. Lisäksi on tutkittava, voidaanko tukeen soveltaa 87 artiklan 3 kohdan c alakohdassa määrättyä poikkeusta, jonka mukaan yhteismarkkinoille soveltuvana voidaan pitää tukea tietyn taloudellisen toiminnan tai talousalueen kehityksen edistämiseen, jos tuki ei muuta kaupankäynnin edellytyksiä yhteisen edun kanssa ristiriitaisella tavalla. Ahvenanmaalla toimivia captive-vakuutusyhtiöitä koskevat säännöt eivät liity investointeihin tai työpaikkojen luomiseen ja merkitsevät pysyvää helpotusta maksuihin, joista kyseisten yritysten tavallisesti olisi vastattava osana liiketoimintaansa.
22. Tässä vaiheessa tukea voidaan pitää toimintatukena, josta saatavat edut lakkaavat heti kun tuki peruutetaan. Komission vakiintuneen käytännön mukaan tällaisen tuen ei voida katsoa helpottavan tietyn taloudellisen toiminnan tai talousalueen kehitystä.
23. Koska tukeen ei ilmeisestikään voida soveltaa yhtään perustamissopimuksessa määrättyistä poikkeuksista, komissio epäilee neuvoston asetuksen (EY) N:o 659/1999 6 artiklassa säädetyn alustavan arvioinnin yhteydessä tuen soveltuvuutta yhteismarkkinoille.
24. Ottaen huomioon edellä esitetyt seikat ja toimien EY:n perustamissopimuksen 88 artiklan 2 kohdassa tarkoitettun menettelyn mukaisesti komissio kehottaa Suomea toimittamaan komissiolle kaikki tuen yhteismarkkinoille soveltuvuuden arvioimisen kannalta tarpeelliset asiakirjat ja tiedot kuukauden kuluessa tämän kirjeen vastaanottamisesta. Komissio toivoo Suomelta ja muilta asianomaisilta osapuolilta kannanottoja erityisesti mahdollisesta perustellun luottamuksen suojasta, joka voisi estää tuen takaisinperinnän, jos tuki katsotaan sääntöjenvastaiseksi ja yhteismarkkinoille soveltumattomaksi.
25. Komissio kehottaa Suomen viranomaisia toimittamaan välittömästi jäljennöksen tästä kirjeestä mahdolliselle tuensajalle.
26. Komissio muistuttaa Suomea EY:n perustamissopimuksen 88 artiklan 3 kohdan lykkäävästä vaikutuksesta ja viittaa asetuksen (EY) N:o 659/1999 14 artiklaan, jossa säädetään, että kaikki sääntöjenvastainen tuki voidaan periä tuensajalta takaisin.
27. Komissio ilmoittaa Suomelle tiedottavansa asiasta asianomaisille julkistamalla tämän kirjeen ja julkaisemalla tiivistelmän siitä *Euroopan yhteisöjen virallisessa lehdessä*. Komissio ilmoittaa asiasta myös ETA-sopimuksen allekirjoittaneiden EFTA-maiden asianomaisille julkaisemalla tiedonannon *Euroopan yhteisöjen virallisen lehden* ETA-täydennysosassa sekä EFTA:n valvontaviranomaiselle lähettämällä jäljennöksen tästä kirjeestä. Kaikkia mainittuja asianomaisia kehotetaan esittämään huomautuksensa kuukauden kuluessa julkaisupäivästä.»
- «Kommissionen önskar genom denna skrivelse informera Finland om att den, efter att ha granskat de upplysningar som tillhandahållits av Era myndigheter angående åtgärden i fråga, har beslutat att inleda det förfarande som anges i artikel 88.2 i EG-fördraget.
- År 1997 antog Ekofin-rådet en uppförandekod för företagsbeskattning för att bekämpa skadlig skattekonkurrens (EGT C 2, 6.1.1998). I enlighet med det åtagande som gjorts genom denna uppförandekod offentliggjorde kommissionen 1998 ett meddelande om tillämpningen av reglerna om statligt stöd på åtgärder som omfattar direkt beskattning av företag (EGT C 384, 10.12.1998), i vilket den betonar sin fasta beslutsamhet att tillämpa dessa regler strängt och med respekt för principen om likabehandling. Det pågående förfarandet genomförs inom ramen för detta.
- I. FÖRFARANDE**
- 1) Stöd NN 98/2000 – Statlig stödåtgärd avseende försäkringsbolag av typen captivebolag på Åland meddelades kommissionen den 15 juli 1998. Meddelandet kan dock inte ses som en anmälan i juridisk mening, eftersom den relevanta stödåtgärden genomfördes innan skrivelsen från de finska myndigheterna inkom till kommissionen och innan kommissionen hade fastställt någon ståndpunkt.
- 2) Kommissionen skickade en formell begäran om upplysningar den 7 september 1998. Finlands ständiga representation vid Europeiska unionen svarade genom en skrivelse daterad den 15 oktober 1998. En andra begäran om upplysningar skickades den 30 november 1998, och svaret var daterat den 5 februari 1999. En tredje begäran om upplysningar skickades den 24 mars 1999, och svaret var daterat den 2 juni 1999.
- 3) Den 13 juli 2000 översände kommissionen ytterligare en skrivelse till de finska myndigheterna med begäran om bekräftelse av a) att den aktuella stödåtgärden aldrig hade genomförts och b) att den aktuella stödåtgärden hade upphävts inom ramen för arbetsgruppen för behandling av uppförandekoder som skall tillämpas vid bolagsbeskattning. De finska myndigheterna svarade genom en skrivelse av den 25 augusti 2000, där de bekräftade att den aktuella stödåtgärden inte tillämpats en enda gång sedan den trädde i kraft.

## II. BESKRIVNING AV ÅTGÄRDEN

### Allmänt

- 4) Den aktuella stödåtgärden infördes av Åland för att tillämpas på eget territorium. Landskapet Åland har exklusiv lagstiftningsbehörighet enligt självstyrelselagen för Åland inom sitt eget territorium i fråga om skatter som tillkommer kommunerna och främjande av näringsverksamhet. Den särskilda ordning som gäller Åland enligt protokoll 2<sup>(1)</sup> som bifogats Anslutningsakten för Finland påverkar inte tillämpningen av EG-fördragets bestämmelser om statligt stöd.
- 5) En ändring av kommunalskattelagen för landskapet Åland trädde i kraft den 9 december 1993. Enligt ändringen kan captivebolag som uppfyller vissa villkor, som räknas upp nedan, beviljas en nedsättning av den bolagsskattesats som normalt tillämpas i landskapet.
- 6) Den aktuella åtgärden har senare ändrats 1995, 1996, 1997, 1998 och 1999.

### Den första relevanta åtgärden

- 7) Enligt ändringen av den 9 december 1993 betalade captivebolag en sammanlagd bolagsskatt på 15 % i stället för den normala skattesatsen på 25 %. Därför var förmånen för dessa bolag 10 procentenheter jämfört med situationen för andra bolag. Nettoförmånen för captivebolag på Åland har varierat på ett sätt som återspeglar de behöriga myndigheternas ändringar av den normala bolagsskattesatsen: 1996 var förmånen 11 procentenheter, 1997 10 procentenheter och 1999 9,6 procentenheter.

### Villkor

- 8) Captivebolagen på Åland kunde komma i åtnjutande av skatteförmånen endast om de uppfyllde följande villkor:
  - a) Bolagets samtliga aktier eller andelar ägs av en och samma utländska ägare, och
  - b) i bolaget som försäkringstagare enligt bolagsordningen kan verka endast bolagets ägare eller dess dotterbolag, samt
  - c) bolagets löpande drift handhas av ett aktiebolag som bedriver anmälnings- eller tillståndspliktig näringsverksamhet i landskapet Åland.

### Ändringar av den första åtgärden med relevans för detta stödärende

- 9) Åtgärden ändrades och utvidgades den 1 oktober 1995 (vad beträffar villkoret i a i punkt 8) så att den även tillämpades på captivebolag med en och samma åländska ägare.
- 10) I samband med detta granskningsförfarande anses det att den sistnämnda ändringen, som trädde i kraft den 1 oktober

1995, ser ut att omfattas av anmälningskyldigheten, eftersom systemet (som vid en preliminär bedömning utgör statligt stöd) därmed utsträcktes till stödmottagare som inte varit stödberättigade tidigare.

## III. BEDÖMNING AV ÅTGÄRDEN

- 11) För att en åtgärd skall anses som ett stöd enligt artikel 87.1 i EG-fördraget, måste den uppfylla följande kriterier.
- 12) För det första måste stödet ge stödmottagarna en förmån som minskar de kostnader de normalt bär när de utövar sin verksamhet. Enligt punkt 9 i kommissionens meddelande om tillämpningen av reglerna om statligt stöd på åtgärder som omfattar direkt beskattning av företag<sup>(2)</sup> kan fördelen ges genom olika former av skattelättnader, bland annat nedsättning av skattebeloppet. Befrielse från en del av bolagsskatten verkar uppfylla detta kriterium, såväl för captivebolagen själva som för den grupp av företag de tillhör.
- 13) För det andra måste fördelen beviljas av staten eller via statliga medel. Beviljandet av en skattenedsättning innebär förlorade skatteintäkter, vilket enligt punkt 10 i kommissionens meddelande om tillämpningen av reglerna om statligt stöd på åtgärder som omfattar direkt beskattning av företag är likvärdigt med förbrukning av statliga medel i form av skatteutgifter.
- 14) För det tredje måste åtgärden påverka konkurrensen och handeln mellan medlemsstaterna. Den aktuella åtgärden verkar uppfylla detta kriterium i det avseendet att den främjar etableringen av captivebolag på Åland, vilket gynnar ägarna, som faktiskt eller potentiellt kan bedriva handel med företag som är belägna i andra medlemsstater.
- 15) Slutligen måste åtgärden vara specifik eller selektiv i det avseendet att den gynnar "vissa företag eller viss produktion". De enda som har nytta av den aktuella åtgärden är captivebolagen, som är en del av försäkringssektorn. Eftersom åtgärden dessutom tillämpas endast på Åland, utesluter identifieringen av de ovannämnda faktorerna avseende materiell specificitet inte förekomsten av faktorer som skulle göra den planerade skatteordningen specifik även i något annat avseende, t.ex. specifikt regional. På grundval av dessa faktorer kan man anta att åtgärden är selektiv. Därför, och såsom konstaterats i punkt 10 i denna skrivelse, blir slutsatsen att åtgärden måste betraktas som oanmält stöd.

## IV. STÖDETS FÖRENLIGHET MED DEN GEMENSAMMA MARKNADEN

- 16) Kommissionen har, på grundval av den information den har tillgång till för närvarande, kommit till slutsatsen att åtgärden i sin nuvarande utformning är ett driftsstöd i den mening som avses i artikel 87.1 i EG-fördraget. Åtgärden gör det möjligt för ett captivebolag med huvudkontor på Åland att komma i åtnjutande av en lindrigare beskattning än andra bolag.

<sup>(1)</sup> EGT C 241, 29.8.1994, s. 352.

<sup>(2)</sup> EGT C 384, 10.12.1998, s. 3.

- 17) Det är därför nödvändigt att avgöra om ett sådant stöd är förenligt med den gemensamma marknaden med stöd av undantagen i artikel 87.2 och 87.3 i EG-fördraget.
- 18) Det verkar som om undantagen i artikel 87.2 i EG-fördraget inte kan tillämpas i detta fall, eftersom stödet inte är avsett för något av de ändamål som räknas upp i de ifrågavarande bestämmelserna.
- 19) Enligt artikel 87.3 a anses ett stöd förenligt med den gemensamma marknaden när det är avsett att främja den ekonomiska utvecklingen i regioner där levnadsstandarden är onormalt låg eller där det råder allvarlig brist på sysselsättning. Eftersom Åland inte är ett sådant område, kan bestämmelsen inte tillämpas.
- 20) Vad beträffar de undantag som anges i artikel 87.3 b och 87.3 d, är det aktuella stödet inte avsett att främja genomförandet av viktiga projekt av gemensamt intresse eller avhjälpa en allvarlig störning i Finlands ekonomi, och det är inte heller avsett att främja kultur eller bevara kulturarvet.
- 21) Slutligen är det nödvändigt att undersöka om stödet i fråga kan omfattas av det undantag i artikel 87.3 c där det fastställs att som förenligt med den gemensamma marknaden kan anses stöd som underlättar utveckling av vissa näringsverksamheter eller vissa regioner, när det inte påverkar handeln i negativ riktning i en omfattning som strider mot det gemensamma intresset. De regler som gäller captivebolag på Åland är inte relaterade till en investering eller skapande av sysselsättning, och utgör en bestående befrielse från avgifter som dessa bolag normalt måste betala när de utövar sin affärsverksamhet.
- 22) Stödet kan i detta skede anses utgöra ett driftsstöd, som slutar medföra fördelar så snart det upphävs. Enligt kommissionens fasta praxis kan sådant stöd inte anses underlätta utvecklingen av vissa näringsverksamheter eller vissa regioner.
- 23) Eftersom stödet inte förefaller uppfylla kriterierna för något av de undantag som anges i fördraget betvivlar kommissionen, inom ramen för sin preliminära bedömning enligt artikel 6 i rådets förordning (EG) nr 659/1999, stödets förenlighet med den gemensamma marknaden.
- 24) Med hänsyn till ovanstående överväganden ger kommissionen inom ramen för förfarandet i artikel 88.2 i EG-fördraget Finland tillfälle att inom en månad från mottagandet av denna skrivelse yttra sig och tillhandahålla alla upplysningar som är nödvändiga för bedömningen av stödet. Kommissionen skulle särskilt vilja samla Finlands och berörda parter synpunkter på eventuella berättigade förväntningar som är av det slaget att de skulle kunna utgöra ett hinder för återkrav av stöd, om stödet i fråga skulle definieras som olagligt och oförenligt med den gemensamma marknaden.
- 25) Kommissionen uppmanar Era myndigheter att omedelbart översända en kopia av denna skrivelse till den potentiella mottagaren av stödet.
- 26) Kommissioner påminner Finland om att artikel 88.3 i EG-fördraget har uppskjutande verkan och hänvisar till artikel 14 i förordning (EG) nr 659/1999, som föreskriver att allt olagligt stöd kan återkrävas från mottagaren.
- 27) Genom denna skrivelse meddelar kommissionen Finland att den kommer att underrätta berörda parter genom att offentliggöra skrivelsen och en sammanfattning av den i *Europeiska gemenskapernas officiella tidning*. Den kommer även att underrätta berörda parter i de Efta-länder som är avtalslutande parter i EES-avtalet genom att offentliggöra ett tillkännagivande i EES-supplementet till EGT, samt Eftas övervakningsmyndighet genom att skicka en kopia av denna skrivelse. Samtliga ovannämnda berörda parter kommer att uppmanas att inkomma med synpunkter inom en månad från dagen för respektive offentliggörande.»